



AVALIAÇÃO DE PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU

EVALUATION OF PROJECTS AND PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES: THE CASE OF FOZ DO IGUAÇU

EVALUACIÓN DE PROYECTOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES: EL CASO DE FOZ DO IGUAÇU

Maria Luísa Teixeira¹ Henrique Coelho Kawamura²

Resumo: O objetivo do trabalho é verificar a qualidade e possíveis causas para os resultados relacionados a qualidade da educação em Foz do Iguaçu, Paraná, através do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). É possível observar com o IDEB a evolução de Foz do Iguaçu nas duas provas padronizadas: Português e Matemática. Algumas cidades do país são consideradas exemplos em qualidade educacional, dentre elas está Foz do Iguaçu, localizada no estado do Paraná. É possível conceber Foz do Iguaçu como um outlier, ou seja, uma cidade com média superior à nacional. Isso é verificado pela comparação de Foz Iguaçu com o Paraná, região Sul e Brasil, ou seja, âmbito municipal, estadual, regional e nacional.

Palavras-chave: Educação. Qualidade. Índice.

Abstract: The purpose of this paper is to verify the quality and the possible causes for the results related to the quality of the education in Foz do Iguaçu, Paraná, through the Basic Education Development Index (IDEB in portuguese). With the IDEB, it is possible to see Foz do Iguaçu's evolution in both standardized tests: Portuguese and Mathematics. Some cities in the country are considered exemples of educational quality, among them there is Foz do Iguaçu, located in the Paraná State. It is possible to conceive Foz do Iguaçu as an outlier, that is, a city with higher result than the national average. This is verified by comparing Foz do Iguaçu with Paraná, the South Brasil Region and the whole country, that is, in the municipal, state, regional and national spheres. **Keywords:** Education. Quality. Index.

Resumen: El objetivo del trabajo es verificar la calidad y posibles causas para los resultados relacionados con la calidad de la educación en Foz do Iguaçu, Paraná, a través del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB). Se puede ver con el IDEB la evolución de Foz do Iguaçu en las dos pruebas estandarizadas: Lengua Portuguesa y Matemáticas. Algunas ciudades del país son consideradas ejemplos en calidad educativa, entre ellas está Foz do Iguaçu, ubicada en el estado de Paraná. Es posible concebir Foz do Iguaçu como un outlier, o sea, una ciudad con media superior a la nacional. Esto es verificado por la comparación de Foz do Iguaçu con el estado de Paraná, con la región Sur y Brasil, o sea, ámbito municipal, estatal, regional y nacional.

Palabras-clave: Educación. Calidad. Índice.

Envio 09/02/2018 Revisão 09/03/2018 Aceite 09/04/2018

¹Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade da Integração Latino-Americana. E-mail: maria.teixeira@aluno.unila.com.br.

² Doutor em Economia Aplicada. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: henrique.kawamura@unila.edu.br.



Introdução

Países desenvolvidos costumam possuir uma educação pública de qualidade, assim é observado uma linha tênue dessa variável com o desenvolvimento econômico. A questão é se a educação é uma determinante ou um efeito desse desenvolvimento. Essa pergunta é um assunto ainda mais essencial para países em desenvolvimento por sua relação com o desenvolvimento econômico e social, pois é esperado e até mesmo desejado que essa variável seja um efeito e não uma determinante para o crescimento econômico.

Há diferenças entre o nível de atendimento escolar, que analisa a expansão educacional e a qualidade da educação, que analisa o rendimento escolar. Um exemplo de estudos relacionados com a qualidade educacional é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), abrangente pela maioria dos países, dentre eles o Brasil.

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, está abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Porém, algumas cidades do país são consideradas exemplos em qualidade educacional, dentre elas está Foz do Iguaçu, localizada no estado do Paraná. É possível conceber Foz do Iguaçu como um outlier, ou seja, uma cidade com média superior a nacional.

Assim, o objetivo do trabalho é verificar a qualidade e possíveis causas para os resultados em Foz do Iguaçu, Paraná, através do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Através do IDEB é possível observar a evolução de Foz do Iguaçu nas duas provas padronizadas: Português e Matemática.

A justificativa da pesquisa consiste na tentativa de incluir no debate acadêmico políticas públicas que visam o aumento na qualidade do ensino básico no Brasil. Logo, o estudo não pretende discutir o método utilizado por cada escola para alcançar a meta mas sim mostrar as possíveis políticas públicas que possibilitaram o aumento do IDEB por meio da evolução do índice nos últimos anos.

O projeto é relevante para o município de Foz do Iguaçu, assim como para os demais municípios do país e da América Latina, dado que a educação é sempre uma variável essencial para o crescimento econômico assim como para o desenvolvimento social.



Metodologia

Os dados para análise do IDEB provém da série histórica disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Secretaria de Educação do município com o nome de cada escola. A comparação do IDEB foi feita no âmbito municipal, estadual e nacional por meio de gráficos.

Pelo Brasil ser um país com considerável população e tamanho, é heterogêneo, e por isso é explicitamente importante a verificação estatística em nível regional, ou seja, cada setor deve ser propriamente avaliado, principalmente o educacional, por suas singularidades.

a implementação de políticas e programas em países federativos como o Brasil reveste-se de particular complexidade, uma vez que, tanto a União como os estados e municípios são entes federados com autonomia relativa, que atuam de acordo com interesses e prioridades específicas. (BARRETTO, 2009, p.11).

Portanto é necessário avaliar variáveis exógenas a atuação do Estado, sendo variáveis endógenas, nesse caso, como a execução de políticas públicas educacionais.

Fundamentação Teórica

Políticas públicas ainda não é campo difundido e pesquisado com afinco, como é o esperado, no âmbito nacional e isso reflete a escassez da produção acadêmica em uma área de vital importância. A escolha da fundamentação teórica para este trabalho foi pela via de políticas públicas educacionais, que possui caráter interdisciplinar assim como o abrangente campo das políticas públicas. A questão é um pouco mais sensível quando é levado em consideração o referencial teórico para este campo específico.

[...] as pesquisas nem sempre esclarecem os procedimentos e as técnicas utilizadas, bem como não sustentam as análises com base em aportes teóricos substantivos, o que nos permite inferir que no campo da análise de políticas públicas educacionais, a teoria ainda faz muita falta [...]. (MARTINS, 2013, p.12).

Segundo Martins (2013), o campo de políticas públicas foi uma forma de fornecer respostas aos problemas da época ao poder público, sendo identificado o começo de tal campo



em 1958 nos Estados Unidos. Especificamente no campo de políticas públicas educacionais, a teoria das escolhas racionais é predominante, em que é levado em consideração a eficiência do serviço público e estatal para a análise de políticas públicas. A teoria do capital humano e sinalização em conjunto com o peso das democracias liberais determinou, em sua maioria, o campo de políticas públicas educacionais.

Barreto (2009) observa o rechaço da pesquisa educação para uma análise estatística no campo das políticas públicas educacionais. Assim houve uma fragmentação na área, em que pesquisadores relacionavam a metodologia tecnicista em ser conivente com o status quo.

Stephen Ball (2006 apud BARRETTO, 2009) reformula o ciclo de políticas públicas com uma ênfase para o fator educacional, tendo uma perspectiva pós-estruturalista. Ao contrário do Estado de Bem-Estar Social, há um Estado Regulador e Avaliador, em que as políticas sociais são de caráter competitivo, em função da economia. Sem um propósito social na formulação de tais políticas houve o problema inevitável na falta de continuidade temporal. Essa falta de coerência entre as políticas públicas também é vista, obviamente, na educação.

Mais especificamente para políticas públicas educacionais discutidas neste trabalho, Moriconi (2008 apud HANUSHEK, 1986) afirma como os professores são a peça fundamental para que uma política pública educacional seja efetiva, pois são os mesmos que a executam, ou seja, uma política pública pode ser formulada sem a participação dos professores, porém sua eficácia será determinada pela atuação do profissional em sala de aula. Ou seja, "os profissionais do ensino, esses sujeitos são atores sociais que têm suas próprias referências, predileções e estratégias, e agem de acordo com elas" (BARRETTO, 2009, p.11). E ainda sobre "(...) muitas das decisões no processo educacional são tomadas prioritariamente pelos professores, como o gerenciamento de uma classe, a definição de métodos para apresentar idéias abstratas e o uso de habilidades de comunicação" (MORICONI, 2008, p.13).

O principal incentivo para uma atuação positiva e que determina a qualidade da educação, segundo Moriconi (2008 apud UMANSKY, 2005) é a remuneração dada ao profissional. Além disso, há outros fatores. Para a autora, o incentivo por prêmio é o que mais influencia o desempenho do professor.



Nesse sentido, não apenas o nível salarial é importante, como também a amplitude das tabelas remuneratórias, as regras que permitem com que o salário do professor cresça ao longo da carreira e a existência de prêmios, como os relativos ao seu desempenho. (MORICONI, 2008, p.10).

Resultados

A figura 1 abaixo mostra um aumento significativo do Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Foz do Iguaçu em relação a média nacional, ao Sul e ao Paraná de 2007 até 2013, último ano do período analisado (2005-2013). Mais acentuado ainda que os demais de 2007 até 2009.

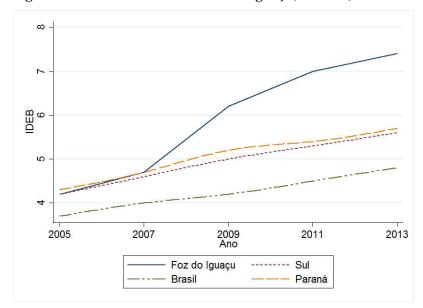
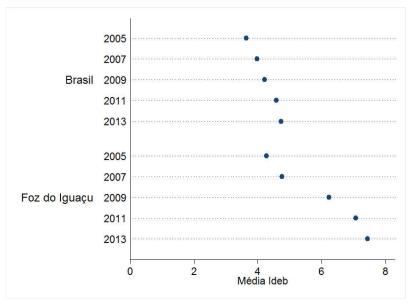


Figura 1 - Média do IDEB de Foz do Iguaçu, Paraná, Sul e Brasil (2005-2013)

Fonte: Elaboração própria.

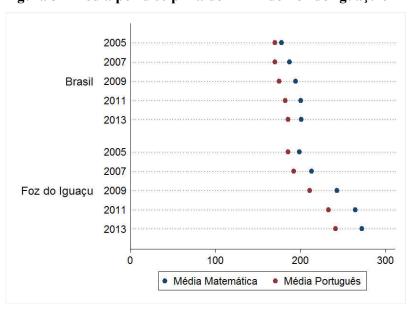
No que diz respeito as notas das disciplinas de português e matemática, verifica-se na figura 3 que a média de matemática é maior que a de português, acompanhando o padrão do Brasil. No entanto, observa-se que em Foz do Iguaçu a diferença entre as notas de matemática e português se distanciam ao longo do tempo, com destaque para os anos de 2009 e 2011.

Figura 2 - Média do IDEB de Foz do Iguaçu e Brasil (2005-2013)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 - Média por disciplina do IDEB de Foz do Iguaçu e Brasil (2005-2013)



Fonte: Elaboração própria.

35

Sobre a figura 2, observa-se um crescimento das notas do IDEB para todo o Brasil assim com em Foz do Iguaçu. Entretanto, a taxa de crescimento foi muito maior para o município do que para o país. Observa-se também que o IDEB de Foz do Iguaçu, a partir de 2009, é aproximadamente 50% superior do que o do Brasil.

No gráfico separado por disciplina (Figura 5), há duas escolas que se destacam no município, isto é, aquelas que estão acima do limite superior do box plot. A escola municipal Santa Rita de Cássia é destaque na nota de português em 2007. Em 2009, a escola Papa João Paulo I é destaque em ambas disciplinas. No mesmo ano, Santa Rita de Cássia ainda tem um dos maiores IDEB do município, porém sem destaque por disciplina. No ano subsequente da avaliação do IDEB, em 2011, as notas de matemática permaneceram com destaque para a escola Papa João Paulo I e também para Santa Rita de Cássia, que também obteve desempenho superior em Português. No último ano de análise somente Papa João Paulo I apresentou desempenho acima da média do município em Matemática.

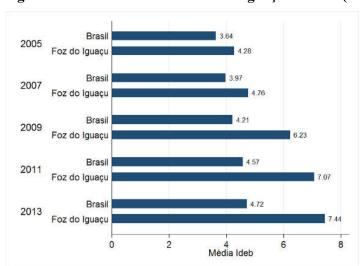


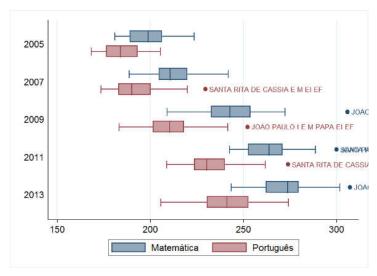
Figura 4 - Média do IDEB de Foz do Iguaçu e Brasil (2005-2013)

Fonte: Elaboração própria.





Figura 5 - Média do IDEB por destaque de escola de Foz do Iguaçu e Brasil (2005-2013)



Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

Como mencionado anteriormente, Foz do Iguaçu obteve destaque no IDEB a partir de 2007. Esse resultado pode ter sido influenciado por determinadas políticas implementadas na cidade que possibilitaram a melhora no IDEB. Uma delas foi o pagamento do décimo quarto salário para a escola que atingisse a meta estabelecida pela Secretária de Educação. A Lei nº 3755, de 18 de outubro de 2010 estabelecia o pagamento de um prêmio a todos os servidores lotados em escolas municipais. No ano de 2012, incorporou-se a esta Lei o Decreto nº 21.404, de 22 de junho de 2012, que regulamenta o pagamento do 14º salário, em detrimento das notas na avaliação do IDEB. Além disso, houve melhorias na infraestrutura de muitas escolas como reformas, centro de convivência, novas salas de informática, cozinhas industriais, etc. Após a implementação dessas políticas, houve um maior comprometimento dos servidores das escolas estimulando a melhoria no ambiente escolar para os alunos e refletindo diretamente nas notas no IDEB. É possível relacionar pelo referencial como políticas públicas relacionadas com a remuneração surtem efeitos expressivos em indicadores como o IDEB.

37



Referências

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade. **Estudos em Avaliação Educacional,** [s.l.], v. 20, n. 44, p.493-507, 30 dez. 2009. Fundação Carlos Chagas.

INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view="article">http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=content&view=conten

Lei nº 3755, de 18 de outubro de 2010. Autoriza o pagamento do prêmio por resultado, em decorrência do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

MARTINS, Angela Maria. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Estudos em Avaliação Educacional,** [s.l.], v. 24, n. 56, p.276-299, 30 dez. 2013. Fundação Carlos Chagas.

MORICONI, Gabriela Miranda. **Os professores públicos são mal remunerados nas escolas brasileiras?:** Uma análise da atratividade da carreira do magistério sob o aspecto da remuneração. 2008. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

OCDE. PISA. Disponível em: http://www.oecd.org/pisa/. Acesso em: 19 dez. 2017.

RAMOS, Carlos A. Introdução à economia da educação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.